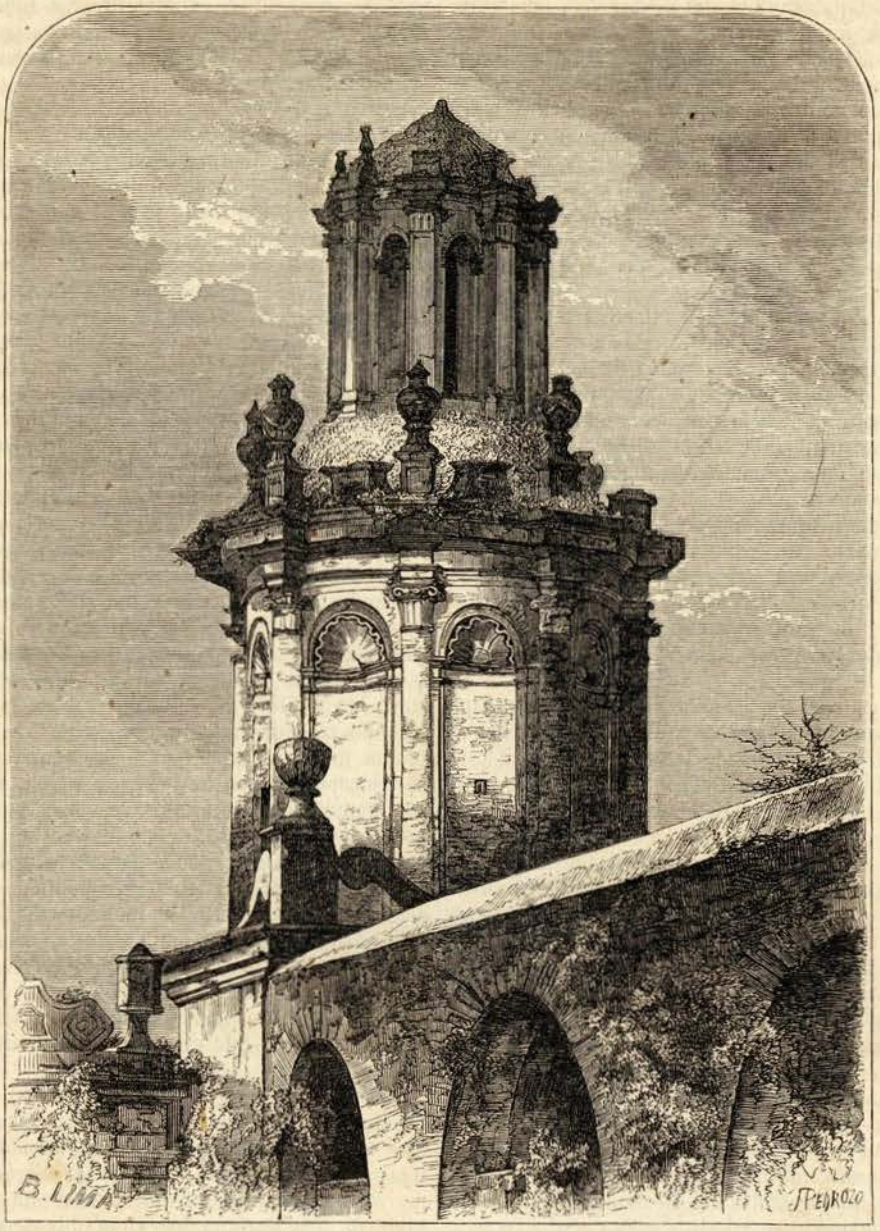


Pavilhão ou mãe d'agua do aqueducto de Evora, junto ao convento de S. Francisco

AQUEDUCTO DE EVORA

I

Não quadram as questões puramente archeologicas com a indole dos jornaes como este nosso, não sómente pela estreiteza de seus limites em relação á cópia de gravuras e variedade de materias a que é obrigado, mas tambem, e principalmente, porque taes questões, longe de offerecerem leitura amena, são aridas de sua propria natureza, e por conseguinte pouco agradaveis, se é que não são impertinentes para a maioria dos leitores.

Fortes n'esta convicção, todas as vezes que nos propomos a tratar quaesquer assumptos de archeologia, procurâmos evitar, quanto nos é possivel, a prolixidade na exposição dos argumentos em que se baseiam as nossas opiniões. Pela mesma razão deixâmos quasi sempre de auctorisar as nossas asserções com a citação dos auctores com que podiamos corroboral-as.

Todavia, na questão de que nos vamos occupar, por circunstancias especiaes que avultarão no seguimento d'este artigo, forçoso nos é pôr de parte aquelles nossos escrupulos. Assim tambem não nos podémos dispensar de repetir aqui alguma coisa do que escrevemos em outro volume do *Archivo*.

II

O assumpto de archeologia nacional que motivou mais renhida controversia foi certamente o aqueducto romano da cidade de Evora.

Reinava em Portugal D. João III, e era Evora o principal assento da corte, quando se apresentaram em campo, de lanças enristadas, dois grandes atletas da litteratura patria. Chamavam-se Lucio André de Rezende e D. Miguel da Silva: o primeiro ex-religioso da ordem dos prégadores, e a esse tempo mestre dos infantes, irmãos del-rei D. João III; o segundo bispo

de Vizeu, e ambos versadissimos na historia e antiguidades do paiz.

Affirmava André de Rezende que o celebre capitão romano Sertorio, durante o seu governo na Lusitania, construira um grandioso aqueducto, com que abasteceu de agua a cidade de Evora, onde fazia a sua habitual residencia. O bispo D. Miguel da Silva sustentava a opinião contraria, isto é, que nunca existira tal aqueducto. Ao principio disputaram em conversação familiar, mas depois, como se fossem azedando, passaram a defender as suas opiniões por escripto em longas dissertações, em que a acrimonia veiu a substituir com injurias os argumentos, e que terminaram a final sem que algum dos contendores se confessasse vencido.

Decorridos alguns annos, encontrando-se outra vez em Evora os dois adversarios, renovou-se a controversia com grande vigor. Porém d'esta vez André de Rezende, como não tivesse novos argumentos que adduzir, e as suas convicções se achassem ainda mais arraigadas com a disputa, resolveu-se a fazer investigações no solo em procura de alguns vestigios do monumento romano.

Com tal acerto foram dirigidos os trabalhos, que o famoso antiquario conseguiu descobrir, nas excavações a que procedeu á sua custa, os alicerces dos arcos do referido aqueducto, desde a muralha da cidade, por cima da qual entrava em Evora, até a um oiteiro distante, onde se achava o manancial que o alimentava.

Á vista de provas tão concludentes, deu-se o bispo de Vizeu por convencido, e el-rei D. João III, cedendo ás instancias do archeologo victorioso, mandou restaurar ou edificar sobre os pégões dos antigos arcos o aqueducto que ora abastece de agua a cidade de Evora.

Eis-aqui, em resumo, o que dissemos a respeito da questão archeologica a pag. 41 do vol. VII do *Archivo Pittoresco*, por occasião de publicarmos uma gravura representando o dito monumento, copiada de outra que adorna o volume de *L'Univers Pittoresque*, que contém a historia de Portugal por Ferdinand Denis.

Apparece n'essa gravura, na extremidade do aqueducto, sobre a muralha da cidade, um pavilhão exactamente egual ao que precede este artigo. Descrevendo então aquella obra de architectura romana, dissemos que «esse pavilhão (o da muralha) e outro em tudo egual junto ao convento de S. Francisco, eram as unicas reliquias que restavam do aqueducto de Sertorio, e nas quaes André de Rezende assentára os principaes fundamentos da sua disputa, etc.»

Pouco tempo depois da publicação do numero do *Archivo Pittoresco* em que isto escreveramos, lemos na *Folha do Sul*, de Evora, um folhetim com a epigraphe — *O aqueducto de Evora e o Archivo Pittoresco*, no qual um dos redactores d'aquelle interessante jornal, o sr. Augusto Filippe Simões, notava a inexactidão da referida gravura do *Archivo*, por esta representar o aqueducto na sua entrada na cidade com o pavilhão de architectura romana, que lá não existe. A este justo reparo seguia-se uma serie de mui sensatas considerações, pondo em dúvida algumas das nossas asserções.

Nunca tivemos amor ou affinco ás nossas opiniões, senão em quanto as julgâmos bem fundamentadas. O fim de nossos estudos em materias historicas e archeologicas não é outro senão descobrir a verdade onde ella nos parecer occulta ou pouco clara. D'aqui resulta necessariamente que, de vez em quando, venha uma investigação posterior modificar inteiramente a opinião que baseáramos em um estudo anterior. A descoberta de um documento ou de uma inscripção destroe ás vezes pelos alicerces um grande castello, não só de conjecturas, mas tambem de argumentos que parecia terem a mais solida base. Por conseguinte, apressámo-nos em nos dirigirmos por carta áquelle distincto escriptor, referindo-lhe a causa da inexactidão da gravura, e expondo-lhe os fundamentos em que assentámos a nossa opinião. Os paragraphos da carta que diziam respeito a esses fundamentos são os seguintes:

«Quanto a servir-se André de Rezende dos dois pavilhões romanos de S. Francisco e de cima da muralha para fundamento das suas opiniões relativamente á existencia do aqueducto de Sertorio, achei isto bem explicado em um manuscripto que ha tempos vi e tive em meu poder, o qual era cópia da *Apologia pelo aqueducto de Sertorio contra D. Miguel da Silva, bispo de Vizeu*, original do proprio André de Rezende. N'essa obra, ou n'uma carta ao bispo de Vizeu, que foi, creio eu, o começo escripto d'aquella contestação archeologica, a qual carta (cópia da original) vi, junta com outras do mesmo auctor, no referido manuscripto, o celebre antiquario reforçava as suas razões ácerca do aqueducto, dizendo, pouco mais ou menos, que apesar de não haver certeza de que fosse Sertorio o fundador do arco triumphal da praça de Evora, muitas razões militavam para que se lhe attribuisse essa fabrica, e então quem assim curava de ornar a cidade, lisongeando-lhe a vaidade, não se esqueceria de a dotar com um melhoramento de primeira necessidade, e do qual tanto se occuparam os romanos nas terras principaes em que dominaram.

«Estas são as idéas, não as palavras, que me recordo de ter lido nos citados manuscriptos.

«Não tive dúvida em que se gravasse a dita estampa antes de saber se o monumento (o pavilhão) se conservava, porque em todo o caso o desejava fazer conhecido, pelo muito que interessa á historia dos nossos monumentos, e por conseguinte á historia das artes em Portugal. Não existindo o pavilhão, apenas accrescentaria ao artigo n'este ponto — que mais um acto do nosso habitual e immemorial vandalismo tinha destruido um dos mais bellos specimens da architectura romana, o qual fariamos reconstruir na gravura, em utilidade da historia e das artes. — E isto direi brevemente no *Archivo*, porque sinto, mais que o proprio erro, que elle corra por muito tempo sem correctivo.

«Esquecia-me de referir, em abono da exactidão provavel do pavilhão que existia sobre a muralha, que André de Rezende, quando falla dos dois pavilhões, na passagem acima citada, diz que são eguaes na fórma e na architectura, e d'esta conformidade tambem tira argumento. Além d'isso, foi este pavilhão da muralha o guia que o levou a começar simultaneamente as suas pesquizas em excavações ao pé da cidade e da fonte primaria do aqueducto.»

O sr. Simões, transcrevendo na citada folha de Evora esta parte da nossa carta, acompanhou-a de algumas considerações, que julgâmos conveniente pôr n'este logar.

«O manuscripto de que falla o sr. Vilhena Barbosa foi citado pelo auctor na *Historia da antiguidade da cidade de Evora*, bem como dois *livros de aqueductos*, os quaes, segundo declara Barbosa Machado, Rezende entregára, escriptos de sua propria mão, ao senado de Evora. Não viram, porém, estes manuscriptos nem os padres Fialho, Fonseca e Franco, nem outros escriptores que depois do seculo XVI trataram das antiguidades de Evora. O manuscripto citado pelo sr. Vilhena, e as noticias que d'elle extrahiu, tem pois tanto maior valor, quanto era geral a supposição de que se teriam perdido aquelles importantes trabalhos do erudito antiquario eborense.

«Havia muitas pessoas em Evora que duvidavam de que o pavilhão que ainda existe defronte do templo de S. Francisco fosse romano, e a quem não bas-

tava a respeitavel auctoridade de Murphy, que não podia de modo nenhum confundir a architectura do tempo dos romanos com a da epocha de D. João III. Agora fica evidentemente demonstrada a asserção do illustrado antiquario e architecto inglez, e ninguem deixará de convencer-se de que esse bello e elegante monumento conta mil e novecentos annos de existencia.

«Quanto ao arco da praça, de que nem mesmo o sr. Rivara, no tempo em que o conde de Rackzinski esteve em Evora, tinha outra noticia que reputasse fidedigna, além do documento pelo qual foi mandado demolir, parece-nos tambem que, em razão da incontestavel competencia de André de Rezende, devemos adoptar a sua opinião, attribuindo-o a Sertorio.

«A descoberta da existencia da *Apologia* e das cartas de Rezende foi um achado precioso para a historia archeologica da cidade de Evora.»

Logo depois de se passarem todas estas coisas, começámos em diligencias de obter uma photographia do pavilhão ou mãe d'agua do aqueducto, que se conserva dentro da cidade de Evora, contiguo ao templo de S. Francisco.

Além do desejo que tinhamos de ornar as paginas do *Archivo* com a gravura d'esse gracioso monumento, esperavamos com anciedade por essa occasião para corrigirmos a inexactidão da gravura do aqueducto publicada no vol. VII; para explicarmos os fundamentos que serviram de base aos nossos juizos; e, finalmente, para rectificarmos o que houvesse de errado em nossas apreciações.

Mediou algum tempo antes que podessemos alcançar a desejada photographia. Obtivemol-a em fim, e d'ella é cópia fiel a gravura que vae no rosto d'este numero. No seguinte daremos conta aos nossos leitores do resultado das nossas diligencias em procura de esclarecimentos que deitem alguma luz em assumpto tão escuro e cheio de dúvidas, como é este de que nos occupámos.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

O BERÇO DE MALDIÇÃO

(Vid. pag. 27)

IV

Na camara da princeza viuva reina o mais profundo silencio. No seu leito solitario dorme a filha de Carlos V. Aos pés do leito recosta-se n'um divan moirisco a ama da criança real, que dorme tambem o primeiro somno da existencia no seu berço doirado e primorosamente lavrado.

A pobre princeza exigíra que seu filho ficasse junto d'ella, embora os vagidos do recem-nascido lhe perturbassem o somno. Temia que o espectro da morte lhe arrancasse dos braços o filho, como lhe arrancára o esposo.

Tudo é pois socego na régia camara. Uma lampada de alabastro derrama o seu doce clarão no ambiente, vae afagar o rosto da criança adormecida, e inunda de reflexos ondeantes a fina seda adamascada que forra o aposento.

N'um dos cantos do quarto, para onde a tibia luz repellíra as sombras, via-se um genuflexorio de carvalho primorosamente lavrado por entalhadores portuguezes. Fôra presente del-rei D. João III. Por cima do genuflexorio pendia da parede um quadro que infundia pavor, e comtudo representava Christo, o loiro Messias. Mas era um Christo ascetico, doloroso, sombrio; sentia-se a tortura, o martyrio, na contracção do rosto, no arripiar das carnes. O fundo era negro, escura a téla, pallida a figura. As sombras condensavam-se-lhe em torno. Este quadro dera-o a sua filha o imperador Carlos V; pintára-o um d'esses artistas precursores de Murillo e de Velasquez. Os cortinados do leito, corridos de um lado, deixavam ver o rosto pallido da princeza, illuminado a meio pelo suave clarão da lampada, e aljofrado por gotas de suor que lhe escorria da fronte. Movimentos convulsos lhe agitavam o corpo e lhe contrahiam as faces.

Os labios entreabriam-se-lhe, pronunciando palavras incomprehensiveis. De certo um pesadelo horrivel a empolgára nas suas garras malditas.

Um pesadelo que a fazia soffrer incomportaveis torturas, que lhe esmagava o peito com os seus joelhos de bronze, que lhe estrangulava a garganta com as suas mãos de ferro.

A princeza sonhava.

E nos sonhos adelgaçava-se-lhe o véo que escondia a todos um porvir tão proximo, e, como através de um tecido semi-transparente, fluctuava-lhe ante os olhos a imagem confusa do futuro.

E desdobrava-se diante d'ella um campo immenso, immenso, um areial vastissimo, onde dardejavam a pino os raios abrazadores de um sol de fogo.

E um grande exercito rompia de um dos extremos do areial, e mais numerosos que as areias, mais numerosos que as vagas, esquadrões sobre esquadrões vinham juntar-se ao exercito que avançava sempre, sempre, engrossado pelas turbas que recresciam de instante a instante, como a levada d'agua não pára no seu curso vertiginoso para receber as torrentes que de todos os lados affluem a avolumal-a.

E era de infieis o exercito. Nos pendões e nos estandartes ondeia o crescente de Mahomet. As faces tostadas dos soldados cobria-as o turbante moirisco ou o capuz do albornoz arabe. Os walis traziam ao lado o yatagan ornado de pedras preciosas.

E das montanhas visinhas desabavam, como avalanchas, os esquadrões impetuosos das tribus berebères. Espirravam fogo os cavallos selvagens; as pregas do branco albornoz dos cavalleiros tufava-as o vento do deserto, e as tribus ferozes, soltando o grito de «Allah», volteavam em torno dos peões vibrando a lança e galopando nos seus jogos infernaes do djèrid.

E os marabutos, magros, pallidos pela abstinencia, iam por serras e campinas prégando a guerra santa, e ao ouvil-os o pastor largava o cajado, o agricultor a charrua, e, pegando na lança ou no arco, vinham engrossar o rio caudaloso.

A princeza sentia-se possuida de um invencivel e inexplicavel terror; queria gritar e não podia, escorria-lhe o suor pela fronte, e, a seu pezar, não desfitava os olhos da turba immensa dos infieis.

Depois, o mesmo incomprehensivel poder que a obrigava a ter a vista cravada n'esses perros descridos, obrigou-a a relancear os olhos para o extremo opposto do areial. Então viu uma pequena mas luzida hoste, que avançava, bem ordenada, ao encontro dos musulmanos.

Na vanguarda tremulava ufano um rico estandarte, e o vento beijava com respeito as invenciveis quinas e triumphantes castellos bordados a oiro na lustrosa seda.

Depois seguia-se um formoso esquadrão, todo oiro e galas. Os cavallos, garbosamente ajaezados, relinchavam de ufanos com o peso dos seus nobres cavalleiros.

Depois vinha a peonagem, extenuada pela fadiga, oppressa pelo intoleravel ardor do sol africano.

Depois... oh! ceos! que vê ella? Turbantes á sombra da cruz! Ao lado das quinas portuguezas a meia-lua musulmana!

Mysterio incomprehensivel! Não tenta decifral-o a princeza, que se lhe vão os olhos n'um cavalleiro quasi imberbe, cuja nobre estatura entre todas avulta, cujo porte soberano infunde involuntario respeito.

Reluzem-lhe as armas doiradas, e o sol, batendo-lhe de chapa no elmo fulgurante, cerca-o de sobrenatural auréola.

Uma invencivel sympathia attrahe a princeza para esse cavalleiro; arrasam-se-lhe os olhos de agua ao contemplal-o. Quereria poder desprender-lhe o elmo, beijar-lhe os cabellos, a fronte, os olhos, acaricial-o, ameigal-o, protegel-o, dar a vida por elle.

O seu rosto parece-lhe um espelho phantastico, em que vê retratadas as suas proprias feições.

E a pequena hoste era apenas uma ligeira mancha negra na téla branca do areial, em quanto o exercito moirisco parecia ennegrecer o horisonte.

E a princeza sentiu um immenso terror ao contemplar as desproporcionadas phalanges que avançavam ao encontro uma da outra.

Mas o cavalleiro de elmo doirado e de porte soberano parecia antes folgar do que assustar-se com o numero infinito dos seus inimigos.

Reluz-lhe nos olhos um fulgor selvagem, meneia com garbo o formoso ginete, que se enfeita e relincha ao sentir-lhe os acicates de oiro roçarem de leve pelos seus ilhaes.

Ai do inimigo! ai d'elle, porque o leão do Occidente não teme os caçadores, e aspira com avidez a aragem do deserto, que reconhece mais sua que a da terra natal.

Mas os caçadores augmentam, augmentam, formam uma compacta massa, uma formidavel meia-lua. Treme a terra ao peso dos seus passos, e os turbilhões de areia que erguem entenebrecem a luz do sol.

Ai, leão, formoso leão da Lusitania, por que intentas essa lucta desegual? Reserva os teus brios para defender o teu antro, que o tigre astuto já ameaça invadir.

E a princeza sentia um suor frio aljofrar-lhe a fronte. Estendia as mãos supplicantes para o gentil cavalleiro, que a não podia ver.

São baldadas súpplicas e preces! Já sôam os clarins do combate, e das fileiras musulmanas sae um immenso «Allah!» que rebôa nos ares e vae perder-se ao longe na amplidão do deserto.

«S. Jorge e ávante» resôa nas fileiras contrarias, mas esse grito, a cujo som baquearam outr'ora as muralhas de Ceuta, é fraco e timido confundido com o «Santiago» dos hespanhoes, com os gritos ferozes de aves de rapina, que soltam os lansquenetes allemães e os *condottieri* italianos, e com o «Allah» que tambem resôa nas fileiras dos musulmanos, que ao lado dos christãos combatem.

E a peonagem avança com intrepidez, e ao furioso embate recuam e desordenam-se as fileiras dos descridos. Deus! será ainda a victoria dos filhos da Lusitania?

Vêde! como a terrivel cavallaria portugueza dispersa as tribus arabes! Fogem os filhos do deserto, acossados pelas fidalgas lanças dos heroes de Mazagão! Mas, como Anteu, os selvagens esquadrões recuperam novas forças ao tocarem no solo da patria, e voltam, voltam espessos como nuvens de procella, impetuosos como o sirocco que ergue turbilhões de areia.

Porém que vê ella? Afrouxa o impeto dos lusitanos, embaralham-se as fileiras, voltam as costas, fogem. Fugis, vós, portuguezes? Sois um contra cem? Quando combatestes de outra maneira?

Mas não se perca a esperança! O esquadrão da nobreza, dizimado já, mas intrepido, agrupa-se em torno do cavalleiro de elmo doirado. Nas faces cheias de pó e sangue brilha o ardor do combate. Despedem centelhas as armas reluzentes, onde o sol bate de chapa.

No rosto melancolico do moço cavalleiro lê-se um desespero profundo. Arranca da espada, e, voltando-se para o seu brioso esquadrão, exclama: «Ávante!»

Ondeia o estandarte das quinas nas mãos firmes do alferes. Todas as espadas, já embebidas em sangue, fulguram de novo ao sol das batalhas.

Cravam-se os acicates nos peitos dos ginetes. «Pela patria e pelo rei!» exclamam com voz grave os moços cavalleiros.

Lá se abala o formoso terço.

Galopa, unido, compacto. Fluctua na vanguarda o estandarte real. Será estrella de ventura ou estrella de perdição?

Galopa, galopa! Fogem diante d'elle os filhos do deserto. Os brancos albornozes vôam na direcção do sul, como as nuvens acossadas pelo vento do norte.

Galopa, galopa! A peonagem fugitiva pára envergonhada, e tenta voltar á peleja. Assim a onda alterosa arrasta de novo para a praia as gotas de agua que murmurando fugiam.

Galopa, galopa! Como a relha do arado rasga a terra fremente, assim elles rasgam o exercito mahometano. Como a quilha do navio sulca as ondas agitadas, assim elles sulcam a turba sarracena.

Mas as ondas, quando o navio passa, juntam-se e vão-lhe fustigar a pôpa. Da rapida passagem só fica um rasto de espuma.

Assim se unem de novo as fileiras musulmanas, e só um longo rasto de cadaveres denuncia a passagem do terrivel esquadrão.

É vermelha a espuma d'estas ondas, porque é de sangue.

E a princeza voltou os olhos lachrymosos para o ceo, e viu um anjo que subia, subia n'um raio de sol, embebia-se no ether e fluctuava no esplendor das estrellas.

Doiravam-se-lhe as azas brancas com os fulgores dos ceos.

E subia, subia; poisou a final junto do throno do Omnipotente.

E ajoelhou, e disse com uma voz mais harmoniosa do que o concerto das espheras:

— Eis-me aqui, Senhor Deus! Anjo da guarda de Portugal, venho implorar para o povo que me confiaste a vossa suprema misericordia. O povo, que abriu as portas do Oriente a esse raio da vossa luz que se chama civilisação, vê sumir-se-lhe a gloria nos areiaes africanos. Morre a gloria portugueza se vós a não salvaes, Senhor, Senhor, Senhor!

Mas a voz do archanjo foi abafada por um clamor immenso, que, partindo da terra, ia expirar aos pés do Omnipotente.

E o archanjo olhou, e viu um espectaculo aterrador.

O mar estava coberto de estragos e ruinas. Navios incendiados espalhavam o seu clarão sobre as ondas, e d'entre as chammas saíam gritos de mulheres e de crianças, que imploravam a justiça do Altissimo contra a barbarie dos portuguezes. Eram as naus de Meca.

E o archanjo olhou, e viu mais atroz espectaculo.

Nas praias do velho mundo, nas praias do mundo novo, nas praias do mundo oriental, ardiam innumeras fogueiras. Um cortejo immenso as rodeava gravemente. Uns homens vestidos de negro arrojavam ás chammas velhos e mulheres que invocavam a justiça do Altissimo contra o fanatismo sanguinario dos portuguezes. Eram os autos de fé.

E de todas as partes do mundo resoavam identicos clamores. Não se via senão tumulos profanados, mulheres violadas, incendios, mortes, perjurios, traições. No solo virgem da America uma raça inteira desapparecia, exterminada pelos portuguezes. E os filhos da natureza, erguendo os olhos ao ceo, invocavam mudamente a justiça do Altissimo.

E o Altissimo ouviu esse clamor, e desviou do archanjo que o implorava a face luminosa. O anjo das vinganças do Eterno aproximou-se, a um olhar de Deus, de um livro que continha os destinos de Portugal, e, a um signal do Omnipotente, arrancou-lhe, uma a uma, as paginas doiradas.

E o anjo da guarda da Lusitania velou o rosto com

as brancas azas, e dos meigos olhos azues deslisaram-lhe as lagrimas, como as gotas do orvalho se desprendem da corolla de um lyrio quando o tufão o baloiça.

E a princeza, aterrada, volveu os olhos para os areiaes da Africa, e viu já disperso o formoso esquadrão da nobreza, rotas as suas fileiras, mortos ou prisioneiros a maior parte dos seus combatentes.

Mas o estandarte das quinas tremulava sempre nas mãos firmes do alferes, e seguia ávante, ávante, sem vacillar, sem tremer.

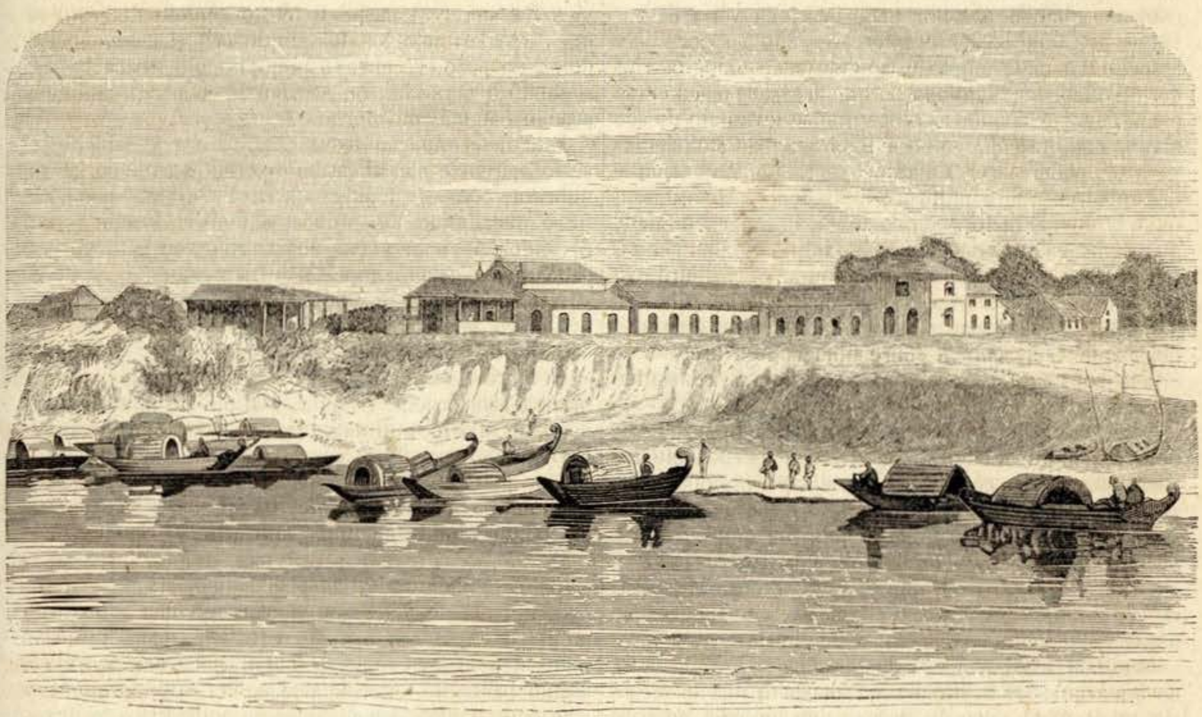
E o cavalleiro de doirado elmo galopava calcando aos pés a turba musulmana, e prostrando com a sua robusta espada os cavalleiros que se lhe aproximavam, como o cegador corta com a foice as espigas de trigo que erguem a cabeça ufana, e pisa desdenhoso as plantasinhas rasteiras que entre as searas viçam.

Lá caíu a final o estandarte das quinas! Jesus! a princeza sentia gelar-se-lhe o sangue nas veias, porém mão incognita lhe dá forças para contemplar o horrido espectaculo.

Que importa? Suma-se embora a gloriosa bandeira, não cessa por isso a tarefa sobrehumana do sombrio cavalleiro.

Avança, avança, avança! Não lhe esmorece o alento, não lhe enfraquece o braço. O cavallo galopa sempre. Aqui baqueia o ginete, outro se lhe depara logo. E os musulmanos, ao verem-n'o passar sombrio, silencioso, fatal, julgam ver passar o proprio anjo Azrael.

Como o naufrago que, luctando com as iras do Oceano, aqui some-se no abysmo, além ergue a cabeça por entre a espuma das vagas, de novo se afunda, surge de novo, galga as serras de agua, desaba nos liquidos



Villa Bella, no Brasil

valles, e, ludibrio das ondas, vae nadando, nadando, sem que se lhe depare a praia, e vendo até ao mais extremo horisonte aguas sem fim, aguas sem termo, o pelago immenso, o incommensuravel mar: assim o cavalleiro christão, sumido nas ondas da moirisma, aqui desapparece entre uma selva de lanças, além ergue o elmo doirado sobre um montão de cadaveres, mais longe some-se de novo, e reapparece, e foge aos olhos da princeza, que o procuram anciosos, e debalde lucta, debalde combate, não tem limite o mar dos inimigos, não finda o exercito, não termina a seara.

Deixa a final cair o braço com desalento. Vôa-lhe o elmo em lascas, e os formosos cabellos, soltos da prisão, ondeiam, folgam ao sôpro ardente da batalha. Debalde a princeza o procura já com o olhar; sumiu-se, sumiu-se nas ondas, sumiu-se no mysterio. O naufrago esforçado pereceu nas vagas, ou arribou a ilha salvadora? Debalde a princeza o procura saber, que só o vê a final entrando, vestido de alva tunica, no porto da eternidade.

E a princeza acordou. Fluctuavam-lhe ainda diante dos olhos as imagens confusas do sonho, escorria-lhe na fronte um frio suor. A camara estava silenciosa. A doce luz da lampada de alabastro illuminava brandamente todos os objectos.

A princeza relanceou os olhos em torno de si, e o que viu devia de ser alguma coisa horrivel, porque a filha de Carlos v tapou com as mãos o rosto, como se procurasse convencer-se de que era ainda sonho o que via.

Olhou de novo; a mesma visão lá estava!

Uma mulher vestida de negro, á moda antiga, conservava-se de pé junto do berço da criança adormecida. Com uma das mãos apontava para o berço, a outra pendia-lhe ao lado. O seu rosto livido tinha um aspecto sombrio. E a altura descommunal, que parecia crescer de instante a instante, infundia pavor.

— Jesus, valei-me! exclamou a princeza, sentindo a final desprender-se-lhe a falla.

Dava meia-noite.

(Continúa) M. Pinheiro Chagas.

BRASIL

VILLA BELLA

Publicou ha tempos o interessante jornal francez *Le Tour du Monde* uma curiosa relação da viagem que emprehendeu mr. Biard pelo interior do imperio do Brasil, durante os annos de 1858 e 1859. A em-

preza do jornal adornou essa publicação com uma boa collecção de bonitas e excellentes gravuras, copiadas de desenhos originaes tirados, nas proprias localidades que elles representam, pelo referido viajante.

A vista da Villa Bella, que offerecemos aos nossos assignantes, é cópia de uma d'essas gravuras, que acompanham a descripção que o auctor faz de uma viagem pelo rio das Amazonas.

Mr. Biard navegava rio acima em barco movido por vapor, que ia fazendo as suas escalas por todas ou quasi todas as povoações que se miram nas aguas d'aquelle magestoso rio.

Não descreve com minuciosidade, nem procura dar relevo ás magnificas scenas naturaes que seus olhos relancearam n'aquella rapida excursão. Mr. Biard narra com brevidade e singeleza as impressões que vae sentindo. Entretanto, a sua narrativa, apesar do seu laconismo quando o leitor mais desejava vel-a desenvolver-se, tem bastante interesse, não só por dizer respeito ao mais amplo e caudaloso de todos os rios do universo, mas tambem porque descreve o seu curso e margens, e aponta as ilhas que se levantam do seu alveo, com traços, embora ligeiros, mas sufficientes para se poder fazer uma idéa geral do Amazonas e dos quadros que a natureza alli ostenta. Além d'isso, o lapis do distincto viajante preencheu perfeitamente quaesquer lacunas que se possam imputar á sua penna.

Quanto a Villa Bella, contentou-se mr. Biard em nos dar a conhecer, por meio dos seus desenhos, a perspectiva da povoação para o lado do rio, e em nos dizer que está sentada sobre uma collina arenosa, e que as suas casas são caiadas e mui baixas, constando apenas de um unico pavimento terreo.

Esta povoação, que cremos ter pouca importancia, deve ser muito moderna, ou trocaria o seu nome antigo pelo actual, como tem succedido a muitas outras povoações do Brasil. O que nos leva a taes conjecturas é não a encontrarmos mencionada na *Chorographia brasileira*, publicada no Rio de Janeiro em 1817, e em outras obras geographicas que temos presentes, de data muito moderna. Fallam-nos essas obras de outra Villa Bella, na provincia de Matto Grosso.

Segundo as indicações de Mr. Biard, a Villa Bella do Amazonas está situada na margem direita d'este rio, abaixo da villa de Serpa, que se acha no lado opposto, e acima da villa de Obidos, que está sentada, como Serpa, na margem esquerda.

Os terrenos em derredor de Villa Bella acham-se aproveitados e menos mal cultivados.

I. de Vilhena Barbosa.

TITULOS DE NOBREZA EM PORTUGAL

(Vid. pag. 22)

IV

Introducção da palavra fidalgo em nosso paiz; cavalleiro fidalgo; moço da camara; escudeiro fidalgo; moço fidalgo; fidalgo escudeiro; fidalgo cavalleiro.

Fidalgo é um vocabulo de origem castelhana, composto de *fi-d'algo*, abreviativo de *filho d'algo*, isto é, filho de homem que tem alguma coisa, como bens e nobreza. Foi no reinado de D. Affonso III que se introduziu em Portugal o uso da palavra *fidalgo* para distinguir os cavalleiros e escudeiros de linhagem dos que o eram por graça especial do soberano. Um dos primeiros documentos, em que apparece empregado aquelle vocabulo, é no foral dado por el-rei D. Affonso III a Villa Real, onde se declara que o alcaide-mór do castello, quando o houvesse, seria sempre *filium d'algo*, natural de Portugal, e que vingasse 500 soldos [1].

El-rei D. Affonso V mostrou desde tenra edade decidido amor da ostentação e fausto. Ainda a verdura dos annos lhe não permittia occupar-se dos negocios do estado, que seu tio, o infante D. Pedro, duque de Coimbra, em seu nome geria com admiravel acerto e prudencia, já o moço rei se entretinha, com particular desvelo, a ordenar e dispor tudo quanto podesse abrilhantar as solemnidades da corte em que elle tinha de figurar.

Essa mesma inclinação, que o levou, sem dúvida, depois de empunhar as redeas da governança, a distribuir pelos fidalgos da corte a maior e melhor parte dos senhorios e bens da sua coroa, foi tambem, ao que nos parece, quem o aconselhou na organisação que deu á nobreza do reino. O faustoso soberano quiz que todos os nobres de Portugal entrassem no serviço da sua real casa; e n'este sentido determinou que todos os fidalgos fossem inscriptos como moradores no paço, recebendo annualmente certas pagas, segundo a gerarchia ou serviço de cada um, ás quaes se deu o nome de *moradias*.

Esta determinação trouxe, pois, a necessidade de se formarem e classificarem differentes cathegorias de nobreza, com diversos graus em cada uma, por onde fosse distribuida tão numerosa familia. Assim foram divididos os nobres em duas ordens ou cathegorias, cada uma d'estas composta de tres graus.

A primeira ordem compoz-se dos seguintes graus: 1.º moço fidalgo; 2.º fidalgo escudeiro; 3.º fidalgo cavalleiro.

O *moço fidalgo*, que era o grau por onde se entrava n'esta ordem, recebia, a titulo de moradia, um pequeno salario, mui tenue ainda em relação ao tempo.

O *fidalgo escudeiro*, como accrescentamento de nobreza, percebia tambem paga maior, se bem que o augmento era insignificante. Dava-se este titulo ao fidalgo que ainda não tinha sido armado cavalleiro.

O *fidalgo cavalleiro*, dos tres o mais graduado, tinha egualmente alguma pouca melhoria no seu salario. Conforme a lei antiga, correspondia este titulo ao fidalgo que era armado cavalleiro pelas proprias mãos del-rei no campo de batalha, ou em seguida a algum brilhante feito de armas. Por conseguinte, era este o mais alto fôro de nobreza entre todos os graus das duas ordens referidas.

Compozeram a segunda ordem de nobreza com estes graus: 1.º escudeiro fidalgo; 2.º moço da camara; 3.º cavalleiro fidalgo. Recebiam do mesmo modo as suas *moradias*, isto é, em relação ao grau de cada um, e inferiores aos da primeira ordem. Iam passando, quando o monarcha os queria accrescentar, de um para outro grau; e não eram admittidos na primeira ordem sem terem percorrido todos os graus da segunda.

Aos fidalgos que serviam no paço a el-rei punha-se-lhes depois o titulo — *com exercicio*. Estes, pela razão de estarem ao serviço do soberano, eram os que obtinham mais prompto accrescentamento, passando do grau menor para o maior. Assim veiu a ser esta vantagem cubiçada de muitos, até que os monarchas, para satisfazerem essa vaidade, começaram a conceder aquelles graus com a clausula — *com exercicio*, posto que nenhum tivessem os agraciados, o que ainda hoje vemos praticar-se.

Para obter o primeiro fôro de nobreza não era, nem é preciso, allegar serviços de qualquer natureza, basta provar ser filho legitimo de pae fidalgo. D'aqui procedeu chamar-se *filhamento* ao acto pelo qual se concede esse titulo.

1 Segundo uns, vingar 500 soldos era o mesmo que dizer que recebia essa quantia annualmente del-rei; conforme outros, era, no caso de ser assassinado, o direito que a sua nobreza dava aos herdeiros de haverem do assassino 500 soldos.

Quando se começou a executar esta organisação a ninguem era conferido o primeiro grau, como acabâmos de dizer, sem proceder de sangue illustre; porém depois os reis, sendo menos escrupulosos no cumprimento d'esta disposição, e querendo franquear aos populares o accesso aos foros de nobreza, mandaram inscrever no livro da sua nobreza os nomes de algumas pessoas não nobres a quem resolviam fazer mercê. Para differença dos fidalgos de sangue illustre, os novos adeptos tinham assentamento n'aquelle livro com o simples titulo de *fidalgo*. Depois adoptou-se a pratica de se dizer, a respeito d'estes, *tem o fôro de fidalgo:* pratica ainda hoje conservada, e equivalente a declarar que o individuo agraciado com esse grau de nobreza não a herdou de seus paes. A taes individuos dá-se em Hespanha o nome de *fidalgos de privilegio*.

No anno de 1572 el-rei D. Sebastião variou a fórma d'estes titulos, determinando que os accrescentados se chamassem *fidalgos cavalleiros* e *fidalgos escudeiros*.

Mais tarde annexaram os soberanos a varios cargos importantes do estado, como, por exemplo, desembargadores do paço, o fôro de fidalgo cavalleiro, e a seus filhos o de moço fidalgo.

Nos primeiros tempos era direito exclusivo da realeza o poder de constituir nobres e de conferir os differentes graus da nobreza. Porém depois concederam os reis esta prerogativa aos principes herdeiros e aos infantes. Todavia, esta permissão era restricta em relação ás pessoas da casa dos ditos principes e infantes. Estes creavam os fidalgos da sua casa, que el-rei logo em seguida confirmava na casa real.

Tambem gozaram da mesma prerogativa os duques de Bragança. Não é caso averiguado desde quando começaram a desfructar similhante graça. Pretendem alguns auctores que esta se verificou em D. Jaime, unico do nome e 4.º duque de Bragança, por mercê del-rei D. Manuel. Isto, porém, não é exacto, porque existem documentos por onde consta que conferíra graus de nobreza D. Fernando, 2.º do nome e 3.º duque de Bragança, pae do duque D. Jaime. Por um lado a predilecção que el-rei D. Affonso v sempre mostrou para com a casa de Bragança, e a particular affeição que consagrava ao mencionado duque D. Fernando; e por outro lado as suas liberalidades para com os nobres, liberalidades que se tornaram em verdadeiras prodigalidades, dão bastante fundamento para se suppor que fôra este rei que concedêra tão soberana prerogativa aos duques de Bragança na pessoa de D. Fernando II. Este infeliz principe viveu no tempo dos reis D. Affonso v e D. João II; mas este ultimo soberano, logo que subiu ao throno, patenteou de modo bem explicito a sua desaffeição á casa de Bragança; desaffeição que só terminou, como todos sabem, quando a cabeça do duque D. Fernando II caiu, decepada pelo algoz, no cadafalso armado na praça de Evora.

Restituidos por el-rei D. Manuel a D. Jaime, filho herdeiro do duque D. Fernando II, todos os bens, titulos, honras e preeminencias que desfructára seu pae, entrou novamente a casa de Bragança no gozo da prerogativa de conferir graus de nobreza, mas exclusivamente aos seus servidores, aos quaes tambem o soberano confirmava na casa real.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

A bondade só é comprehendida pelas grandes almas e povoa-as de satisfação.

Se a edade consegue diminuir-nos a graça e a formosura, e sobresair os defeitos; e se o respeito é a unica indemnisação da velhice, façamos a diligencia para nos tornarmos respeitaveis ao passo que deixâmos de ser amaveis.

A COLONIA PORTUGUEZA DE MOSSAMEDES

(Vid. pag. 20)

II

É curioso o modo por que se fundou a feitoria de Guimarães Junior. Referil-o-hemos mais detidamente, porque obtivemos agora certos documentos que nos faltaram quando escrevemos o primeiro artigo, e porque se por um lado tentámos provar os esforços de determinadas pessoas para a creação de um estabelecimento importantissimo, por outro podêmos dar o devido apreço ao resultado d'esses esforços, e não deixar logar para interpretações erroneas com offensa da verdade e da justiça.

O que se collige, pois, dos documentos que temos á vista, é que houve conhecimento desde logo das instrucções com que o vice-almirante Noronha, em outubro de 1838, se partiu do reino para o governo geral da provincia de Angola.

N'essas instrucções, o ministro da marinha (então o sr. visconde de Sá da Bandeira), como conhecedor das necessidades da provincia, e como antevendo os beneficios da colonisação dos portos do sul de Benguella, pelo que sabia dos estudos de Pinheiro Furtado e das explorações do sargento-mór Gregorio Mendes, e, além d'isso, com o patriotismo e nobre intuito de assegurar o dominio portuguez nas regiões africanas, tão cubiçadas dos estranhos, n'essas instrucções dizia o seguinte:

«N'estes tempos em que as nações maritimas e poderosas se tem introduzido em alguns dos dominios portuguezes africanos, sob falsos pretextos, é preciso que tenhamos todo o cuidado em assegurar o que nos pertence. É este um dos motivos que determinaram sua magestade a recommendar ao governador geral que tenha em attenção os portos que ha ao sul de Benguella, entre elles o de Mossamedes, onde desagua o rio das Mortes, ou Bero. Diz-se que é navegavel, que o porto é muito bom, e que tem terras altas, que devem sêr sadias, e em que se podem cultivar cereaes. Convém ter alli um presidio, ainda que pequeno no principio, para que se veja fluctuar a bandeira portugueza, e abrir-se depois communicação com o presidio de Caconda.

«O governador geral fará examinar o porto de Pinda, junto ao Cabo Negro, e a costa ao sul até 20 graus; e verá o que se deve fazer nos limites da provincia. Examinará se convém que haja um presidio entre Benguella e Caconda; e, quando se tenha estabelecido um no porto de Mossamedes, se convém levantar outro entre este e Caconda. Em todas as acquisições que fizer procurará levar a effeito por bom modo, e só em ultimo caso empregará a força. Os presidios, quanto seja possivel, deverão estar armados, e com sufficiente guarnição, especialmente os das fronteiras.»

Ahi está o que o ministro dizia; e pouco tempo depois, isto é, em fevereiro de 1839, enviava Guimarães Junior para a secretaria da marinha um requerimento, em que se offerecia para ir fundar um estabelecimento em Mossamedes, dando-lhe o estado o necessario subsidio. Tão convencido estava o governo do que no anno antecedente recommendára ao novo governador geral, que não teve dúvida em acolher o requerimento com benevolencia e despachal-o com promptidão.

Em 7 de março davam-se pelo respectivo ministerio as convenientes instrucções ao governador geral de Angola, e determinava-se que a junta de fazenda da provincia fornecesse ao emprehendedor Guimarães os meios precisos para levar por diante o commettimento a que se propunha.

Partindo de Lisboa quasi no fim do indicado mez de março, Guimarães chegou a Loanda em meiado junho. Apresentando-se ao governador, vice-almirante Noronha, mostrou-se este alegremente alvoroçado de que houvesse quem tomasse a iniciativa na fundação de uma feitoria em Mossamedes, e declarou que o emprehendedor, não só em cumprimento das determinações do governo da metropole, mas tambem em satisfação do proprio e intimo desejo de ver prosperar a Africa portugueza, encontraria a protecção de que carecesse nas auctoridades da provincia. O emprehendedor, que parecia conservar bom animo, prometteu cumprir as condições que lhe impozessem, e todos ficaram de certo aguardando o resultado de esforços que tendiam ao engrandecimento da provincia e da patria.

Antes de sair de Loanda para o seu destino, o emprehendedor assignava um contrato provisorio, em virtude das ordens do governo, apresentando para isso fiadores idoneos. Celebrava-se o contrato assim para proteger os interesses do emprehendedor e animal-o a desempenhar-se de um encargo pesado, como para acautelar os interesses da fazenda contra as fraudes da especulação. O governo fazia o que devia fazer, e esperava a reciprocidade.

Estipulava-se no contrato, entre outras coisas:

Que o emprehendedor receberia da junta de fazenda, como emprestimo, a quantia de 6:000$000 réis, em duas ou mais prestações, para fundar um estabelecimento de charqueação e cortume de pelles em qualquer ponto da costa de Benguella, até aos 18 graus de latitude sul;

Que embarcaria em uma corveta do estado, a fim de examinar, de accordo com o commandante do navio, se era possivel entrar em commercio com os habitantes d'aquella costa, e se em algum ponto d'ella haveria sitio proprio para levantar uma fortaleza que defendesse o porto e o proposto estabelecimento, examinando ao mesmo tempo se haveria agua e lenha, para que não occorresse falta d'estes artigos, e se o terreno parecia fertil e adequado para povoação;

Que a fortaleza sería levantada á custa do proprietario do estabelecimento, dando, porém, o governo a artilheria, as munições e a tropa, que receberia o pret do estado e a etape do mesmo proprietario;

Que, n'este caso, dentro da fortaleza se guardariam os armazens de deposito e o archivo do estabelecimento;

Que não se permittiria a nenhum particular, no lapso de vinte annos, concorrer alli com industria egual, salvo se o emprehendedor faltasse ao contrato;

Que o emprehendedor, em egualdade de circunstancias, sería preferido pelo governo nos fornecimentos de carnes sêccas ou salgadas;

Que um navio de guerra ficaria no porto em quanto se construissem a fortaleza, os quarteis, os armazens, etc. para o que se designára o praso de cinco mezes;

Que se porventura se não levantasse a fortaleza no praso marcado, o emprehendedor sería obrigado a restituir á fazenda as quantias adiantadas, sem direito a indemnisação pelas obras feitas, etc.

A corveta destinada para esta commissão foi a do commando de Pedro Alexandrino da Cunha. A 9 de agosto saíu este navio de Loanda com direcção a Benguella, tendo a seu bordo o emprehendedor Guimarães. Em Benguella, o tenente Garcia, que já tinha explorado o sertão e era n'elle conhecido, desejando tambem por sua parte concorrer para o successo da empreza, offereceu-se para ir em direcção a Quillengues, e d'alli descer até Mossamedes, a fim de se encontrar com Pedro Alexandrino.

Só no dia 5 de outubro é que a corveta demandou a bahia de Mossamedes. Saltando em terra com tres homens negros e um branco, o emprehendedor Guimarães encontrou um escrivão de Quillengues e alguns macotas, ou principes da corte de potentados visinhos, que o tenente Garcia alli mandára para entregarem officios a Pedro Alexandrino e se entenderem com este official.

A povoação de gentio que habitava a bahia tinha o nome de Mossungo Bitoto. Tratou logo Guimarães de captar-lhe a amizade, presenteando-o com fazendas, missangas e aguardente; e tanto se agradou d'elle o soba, que lhe mandou construir, para o abrigar dos raios solares, n'aquellas paragens mui nocivas aos brancos, uma especie de telheiro de ramagem, cobrindo-lhe o solo com esteira. N'esse telheiro se celebraram depois algumas conferencias entre o soba e o emprehendedor.

Como vieram, porém, a cumprir-se as estipulações do contrato? Como correspondeu ao que se esperava dos seus esforços para obter o auxilio do governo? Como seguiu a empreza, que podia dar tão bons fructos? Guimarães chegou, com effeito, a montar a feitoria, mas passado algum tempo, por faltar a todas as condições do contrato, teve de embarcar na mesma corveta que o levára a Mossamedes, a fim de responder por seus actos perante as auctoridades de Loanda.

Antevêra tudo isto a perspicacia de Pedro Alexandrino. Maritimo experiente e avisado, a quem não deslumbravam já ouropeis, no relatorio que redigiu em janeiro de 1840, ácerca da commissão da corveta, disse o seguinte:

«O passageiro Guimarães esteve sempre em terra, todo o tempo que alli me demorei, e em perfeita liberdade para fazer todas as observações a que se referem as instrucções que recebi: mas com pouco proveito, a meu ver, para o publico, porque julgo ter conhecido que o fim que o movia era o de realisar no menor tempo a maior quantia para seu unico proveito, e receio que venha a final a trahir a espectativa de quem o attendeu [1].»

A feitoria, assim que o emprehendedor a deixou, foi roubada e destruida pelos pretos, acaso incitados e auxiliados pelos brancos que ja alli se achavam estabelecidos.

Estava dado, é certo, o exemplo. Se o emprehendedor, pelo que fica posto, não correspondeu ao que se esperava da actividade com que solicitára junto do governo, serviu, quando menos, este trabalho para que desde então se olhasse mais seriamente para a fundação da colonia de Mossamedes.

(Continúa) B. A.

PERIGOS DO JOGO

Posto que o jogo moderado seja occupação honesta e permittida, e que não faz perder aos homens o nome de bem acostumados, comtudo o mais seguro é escusal-o de todo, assim porque é muito melhor gastado o tempo em qualquer outra occupação licita, como porque sempre d'elle nascem contendas, e porfias, e muitas vezes brigas e differenças; e d'este perigo não está isento nenhum jogo, nem ainda aquelles de cuja moderação se não esperam mais que conformidades e socegos; e cada dia vemos desaventuras que o demonio urdiu n'esses proprios jogos, ordenados entre amigos, com toda a paz e quietação, para passar duas horas de tempo; e bastava o termo com que d'elle trata o glorioso doutor Santo Agostinho, para todos se benzerem até do seu nome, quanto mais do seu exercicio: porque diz d'elle:

«O demonio inventou o jogo.»

DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE.

[1] Vem publicado este relatorio em o n.º 12 da 5.ª serie dos *Annaes maritimos e coloniaes*, pag. 459, e, não sabemos por quê, foi alli truncado o periodo que damos agora tal qual se acha no autographo.